
FUNÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO DIREITO

e teorias da constituição

ALESSANDRA KNOLL
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2022

II

FUNÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO DIREITO

e teorias da constituição

ALESSANDRA KNOLL
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2022

II

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Função política e social do direito e teorias da constituição 2

Diagramação: Gabriel Motomu Teshima
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Alessandra Knoll

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F979 Função política e social do direito e teorias da constituição 2 / Organizadora Alessandra Knoll. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-879-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.790222601>

1. Direito. 2. Lei. 3. Constituição. I. Knoll, Alessandra (Organizadora). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coleção “Função política e social do Direito e Teorias da Constituição” é uma obra de tema atual cujo foco principal é a discussão científica por intermédio de trabalhos diversos que compõem seus capítulos.

O objetivo central foi apresentar, de forma categorizada e clara, estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país e exterior. Em todos esses trabalhos a linha condutora foi o aspecto relacionado ao Direito e trazer à tona temas sociais e políticos relevantes para a coletividade.

A obra foi dividida em 2 volumes, para que o tema fosse debatido na sua complexidade e importância.

No primeiro volume, focou-se no direito à saúde e nas políticas públicas envolvendo a saúde coletiva, com destaque para assuntos relacionados à covid-19, que tiveram grande impacto na vida dos Brasileiros de março de 2020 até os dias atuais. Pela sua grande importância, o volume trouxe cinco artigos que debatem diretamente o tema da pandemia e suas repercussões. Além de outros trabalhos que focam na temática da saúde. Com destaque para dois artigos que debatem a judicialização da saúde e um trabalho que trata da saúde da mulher. Este volume da obra trouxe, ainda, dois artigos sobre os Conselhos municipais de saúde e encerra-se o volume 1 com dois artigos sobre seguridade social, que corresponde a um conceito mais amplo de saúde e dignidade.

O segundo volume inicia com um Manifesto, e uma crítica ao famoso “juridiquês” que acaba por distanciar as leis do povo. Em seguida, apresenta-se ao leitor ou à leitora temas diversos discutidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres e todos aqueles que de alguma forma se interessam pelo direito e sua complexidade. Finaliza-se o volume 2 desta obra com dois artigos sobre a formação em direito, as experiências discentes com os direitos humanos e uma reflexão acerca do trabalho do docente.

Deste modo a obra “Função política e social do Direito e Teorias da Constituição” apresenta uma teoria bem fundamentada nos resultados práticos obtidos pelos diversos professores e acadêmicos que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática. Sabemos o quão importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem e divulguem seus resultados.

Alessandra Knoll

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

MANIFESTO DO JURISTA INFORMALISTA

José Henrique Bezerra Fonseca

Ricardo Russell Brandão Cavalcanti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7902226011>

CAPÍTULO 2..... 14

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA TAXA DE LIXO


Ana Paula Valdez Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7902226012>

CAPÍTULO 3..... 32

ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS CONFERIDAS POR LEIS DE INICIATIVA PARLAMENTAR: CONSTITUCIONALIDADE ASSENTE QUE PODE, CONTUDO, GERAR PREJUÍZOS AS POLÍTICAS PÚBLICAS, NECESSIDADE DE ANÁLISE PLURALÍSTICA PELOS LEGISLADORES LOCAIS AO TRATAREM DO TEMA


Mayla Furlaneti Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7902226013>

CAPÍTULO 4..... 38

EMPODERAMENTO FEMININO POR MEIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Stela Leticia Henrique


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7902226014>

CAPÍTULO 5..... 52

UMA OUTRA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA É POSSÍVEL?

Claudio Oliveira Fernandes

Irandi Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7902226015>


CAPÍTULO 6..... 66

LA INCLUSIÓN DE LA CULTURA CONTRIBUTIVA EN LA ENSEÑANZA BÁSICA Y MEDIA SUPERIOR: UNA PROPUESTA PARA MÉXICO

Miguel Angel Medina Romero

Héctor Alcántar Rodríguez de la Gala

Alejandro Bustos Aguilar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7902226016>


CAPÍTULO 7..... 74

A PERSECUÇÃO PENAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NO BRASIL MULTICULTURAL E PLURIÉTNICO

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

Joniel Vieira de Abreu

Marcelo Machado Costa Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7902226017>

CAPÍTULO 8..... 88

KAIOWÁ/PAÏ TAVYTERÃ: ESPAÇO DE REAFIRMAÇÃO DO DIREITO AO OGUATÁ PORÃ NA FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI

Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues

Marco Antônio Rodrigues

Antonio Hilario Aguilera Urquiza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7902226018>

CAPÍTULO 9..... 100


CONSUMO DE DROGAS LÍCITAS E O DIREITO À SAÚDE: UMA REVISÃO NARRATIVA

Luis Miguel Diniz Farias

João Pedro Leite Damasceno

Sarah Brunet Cavalcanti

Clésia Oliveira Pachú


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7902226019>

CAPÍTULO 10..... 113

SERIA A IMPROBABILIDADE COMUNICACIONAL ENTRE O DIREITO E A CIÊNCIA ACERCA DO RISCO UMA AMEAÇA À GESTÃO RESPONSÁVEL E SUSTENTÁVEL DAS INOVAÇÕES NANOTECNOLÓGICAS?

Raquel von Hohendorff

Daniele Weber S. Leal

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79022260110>


CAPÍTULO 11..... 128

DIREITO POTESTATIVO: UMA PERSPECTIVA ACERCA DO DIVÓRCIO IMPOSITIVO

Rosianne Aparecida da Silva Liberato

Pedro Henrique Oliveira

Laurentino Xavier da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79022260111>

CAPÍTULO 12..... 140


A (DES)HARMONIA ENTRE OS PODERES E OS LIMITES À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Luiz Eduardo Gunther

Letícia Gabriela Camargo Franco de Lima

Francelise Camargo de Lima

Pedro Franco de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79022260112>

CAPÍTULO 13..... 158


CORRUPÇÃO SISTÊMICA E A DICOTOMIA EXISTENTE NA MODERNIDADE PERIFÉRICA

Luiz Eduardo Gunther

Letícia Gabriela Camargo Franco de Lima

Francelise Camargo de Lima

Pedro Franco de Lima


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79022260113>

CAPÍTULO 14..... 177

PROGRAMA DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR - PAJUP: DESENVOLVIMENTO DISCENTE EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E A FAVOR DA COLETIVIDADE

Luciana Gomes da Silva

Arnaldo Vieira Sousa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79022260114>

CAPÍTULO 15..... 189

IDENTIDADE, PROFISSIONALIZAÇÃO E PROFISSIONALIDADE DOCENTE: UM PROCESSO DINÂMICO E CONTÍNUO

Marcelo Cesar Salami

Dirléia Fanfa Sarmento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79022260115>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 202

ÍNDICE REMISSIVO..... 203

CAPÍTULO 15

IDENTIDADE, PROFISSIONALIZAÇÃO E PROFISSIONALIDADE DOCENTE: UM PROCESSO DINÂMICO E CONTÍNUO

Data de aceite: 01/11/2021

Marcelo Cesar Salami

Doutor em Educação pela Universidade La Salle. Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Diretor de Formação da Província La Salle Brasil-Chile e Presidente da Fundação La Salle

Dirléia Fanfa Sarmento

Ph.D. em Ciências da Educação pela Universidade do Algarve (Portugal)
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle

RESUMO: O presente capítulo configura-se como um ensaio que discute conceitos de identidade, profissionalização e profissionalidade docente, bem como a identidade do educador na perspectiva do ideário pedagógico da Rede La Salle. Trata-se de uma pesquisa de cunho teórico-bibliográfico com um recorte analítico-discursivo que busca evidenciar que a constituição da identidade docente é resultante do entrecruzamento de uma identidade pessoal (personalidade), identidade profissional (os

elementos próprios do ofício de professor) e institucional (valores, princípios e práticas).

PALAVRAS-CHAVE: Identidade docente - Profissionalização e Profissionalidade docente - Educador Lassalista.

ABSTRACT: This chapter is an essay that discusses concepts of identity, professionalization and teaching professionalism, as well as the identity of the educator from the Lasallian education perspective or that of the La Salle Education Network. It is a research based on a theoretical-bibliographic nature with an analytical-discursive approach that seeks to highlight that the teaching identity constitution is the result of the intertwining of a personal identity (personality), professional identity (the proper elements of the teaching career) and institutional (values, principles and practices).

KEYWORDS: Teaching identity - Professionalization and Teaching Professionalism - Lassalian Educator.

INTRODUÇÃO

O presente capítulo discute os conceitos de identidade¹ docente, profissionalização e profissionalidade docente e a identidade do Educador Lassalista em sua imbricação com a Comunidade Educativa².

1 O conceito de identidade faz parte de diferentes teorias das ciências humanas, principalmente daquelas que se situam no âmbito da psicologia, da sociologia e da antropologia. As diferentes teorias dão ênfase específica a determinados aspectos desse fenômeno humano, conforme o olhar que cada uma dessas ciências dirige ao seu objeto (GONÇALVES, 2015, p. 47). No presente texto utilizaremos o conceito mais na perspectiva sociológica.

2 Nos organizamos de acordo com os moldes de uma “Comunidade Educativa”, na qual as ações pedagógico-acadêmicas, administrativas e pastorais são realizadas a partir da dinâmica do diálogo, da subsidiariedade, da interdependência e da colaboração entre os diversos serviços e níveis organizacionais, com o efetivo envolvimento de todos os integrantes no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação da vida institucional. (PROVÍNCIA LA SALLE BRASIL-CHILE, 2014, p.13).

Para isso, faz-se um recorte analítico-discursivo acerca da Comunidade Educativa (escola) como espaço institucional constituidor dos docentes. Ao mesmo tempo que, na escola, o educador compartilha valores, princípios, crenças e práticas, assume não apenas um discurso, mas um conjunto de atitudes e práticas próprias do ofício docente num contexto institucional.

No presente capítulo, integraremos aspectos da pesquisa bibliográfica e documental, apesar das diferenças apontadas por Gil (2009, p. 51) quando afirma que:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Entendemos que a diferença das abordagens metodológicas reside nas fontes e, que, portanto, não compromete o trabalho analítico-discursivo. Neste estudo, o documento norteador utilizado foi a Proposta da Província La Salle Brasil-Chile, que explicita os fundamentos e princípios que orientam a ação educativa nas escolas da Rede La Salle. Para fundamentar a análise, buscamos referências bibliográficas em diferentes autores.

Apresentamos o conteúdo em três eixos temáticos, os quais foram estabelecidos *a priori*: *identidade docente*; *profissionalização e profissionalidade docente*; e *identidade do educador lassalista e as Comunidades Educativas da Rede La Salle*. Discorreremos sobre cada um deles aportando elementos que atestem o processo de entrecruzamento entre cada eixo.

1 | IDENTIDADE DOCENTE: UM PROCESSO DINÂMICO E CONTÍNUO

Nesta seção, temos como centralidade discursiva a identidade docente como um processo dinâmico que envolve uma multiplicidade de variáveis, considerando aspectos da trajetória pessoal, profissional e institucional. No processo analítico, evidenciamos a relevância dos aspectos sociais, culturais e ambientais no processo de constituição da identidade.

O filósofo espanhol Ortega y Gasset (1967), em sua célebre frase “*eu sou eu e minha circunstância...*”, expressa uma visão antropológica significativa que nos recorda que, além de nossa subjetividade, somos sujeitos de relações intersubjetivas e interdependentes. Ou seja, nossa singularidade sempre estará “marcada” pelas circunstâncias, condições objetivas e subjetivas do meio. Contudo, é válido ressaltar que essas relações condicionam, mas não determinam a identidade do sujeito.

O educador e pensador Freire (1996) afirma que os sujeitos não ocupam uma posição de neutralidade em relação às construções sociais, históricas e culturais, porque a neutralidade não existe na prática, apenas pode existir em alguns discursos pouco

fundamentados. Reconhecer-se sujeito histórico e cultural é um dos primeiros passos para assumir a vocação ontológica do ser mais. Os homens, enquanto sujeitos sociais, históricos e culturais colaboram para a construção do seu próprio contexto. Neste sentido, numa Comunidade Educativa, os educadores são, ao mesmo tempo, membros passivos e ativos.

De acordo com Machado (2003, p. 52):

Tanto do ponto de vista pessoal, quanto social, a identidade é importante para melhor compreensão de práticas singulares ou coletivas, desencadeadas na atualidade. Em nível pessoal, a identidade, ou o conceito de si mesmo, orienta a ação individual. No plano social, as identidades das pessoas configuram-se como a percepção de si mesmas dentro de um ou vários grupos, e, neste sentido, direcionam os movimentos, refletindo a ação grupal [...]. Assim, no contexto organizacional, sobrepõem-se constantemente interações do indivíduo com diferentes grupos, com o seu trabalho e com a organização [...].

A identidade docente é uma unidade que se expressa por e de múltiplas formas, envolvendo caráter pessoal, profissional e institucional. São três enfoques de ordem apenas didática que nos permitem melhor evidenciar elementos próprios e ao mesmo tempo integradores da identidade docente.

A *identidade pessoal do educador* pode ser compreendida desde o conceito de si mesmo, ou seja, de sua singularidade enquanto pessoa humana. Nunner-Winkler (2011) corrobora com discussão contemporânea sobre o tema afirmando que a identidade não é mais fundada e estabilizada através de arranjos socioculturais, como nas sociedades tradicionais em que a identidade se associava à assunção de determinados papéis sociais (família, profissão), determinados, a partir de critérios exteriores ao sujeito.

Segundo a autora supracitada, com o desmantelamento das estruturas corporativas, os papéis não mais são distribuídos pelo nascimento como fora nas sociedades tradicionais, mas escolhidos num momento determinado de forma relativamente livre pelo sujeito. Com a passagem às sociedades pós-modernas, os espaços de opção aumentam e, com isso, a flexibilidade e a negação da consistência e continuidade tornam-se critérios relevantes para a constituição da identidade. Nesse novo cenário, se reforça a ideia de que a identidade é um produto da multiplicidade de escolhas e decisões de vida que por sua vez são passíveis de revisão a qualquer tempo.

De acordo com Bauman (2003), a facilidade de desfazer-se de uma identidade no momento que ela deixa de ser satisfatória pela competição com outras identidades mais sedutoras é muito mais importante do que o “realismo” da identidade buscada ou momentaneamente apropriada. Segundo o sociólogo, a unidade e a continuidade são asseguradas apenas pela autonarrativa retrabalhada continuamente de forma reflexiva.

O desenvolvimento pessoal, visto a partir de uma perspectiva da integralidade da pessoa do docente, resgata e rompe, de certo modo, com a dicotomia entre as dimensões pessoal e profissional (NÓVOA, 2000). No entender de Cunha (1998, p. 53), “o conjunto de

valores e crenças que dão escopo à *performance* dos docentes são fruto de sua história, e suas experiências de vida dão contornos ao seu desempenho”. Holly (2000, p. 82) enfatiza que na formação pessoal existem elementos que não podem ser desconsiderados, tais como “o modo de pensar, de sentir e de atuar dos professores [...], o que são como pessoas, os seus diferentes contextos biológicos e experienciais, isto é, as suas histórias de vida e os contextos sociais em que crescem, aprendem e ensinam”.

A dimensão pessoal da identidade não está ‘desconectada’ das demais dimensões já referidas. Apenas sinaliza que há um eu pessoal que se percebe como único e irrepetível, num contexto de relações intersubjetivas cada vez mais complexas. Obviamente, muitas das escolhas pedagógicas e muito da *performance* do docente no ato educativo estão relacionadas com sua história de vida, seus valores familiares e pessoais.

Podemos dizer que é no exercício de sua função que o docente experimenta a dialética da profissão em forma de sínteses, antíteses e novas sínteses. Desde essa perspectiva, somente podemos compreender a constituição docente como um itinerário permanente, impregnado das vivências do cotidiano. No dizer de Cunha (1989, p. 31), “a vida cotidiana é a objetivação dos valores e conhecimentos do sujeito dentro de uma circunstância. É através dela que se faz concreta a prática pedagógica, no caso do professor”. Hoje faz-se necessária uma maior valorização do cotidiano da Comunidade Educativa como o *locus* ou dispositivo da formação da identidade docente.

Num contexto de rápidas mudanças socioculturais, precisamos considerar a constituição da identidade docente como um processo contínuo e para sempre incompleto³. Hoje, temos a compreensão de que uma identidade não é determinada por decisões tomadas de uma vez por todas ou pela formação inicial acadêmica, mas que resulta de múltiplos processos e escolhas, particularmente, num ambiente de “pluralidade normativa”. Essa perspectiva encontra ressonância no pensamento de Bauman (2005), quando afirma que a identidade só pode ser compreendida como algo a ser inventado, e não como algo a ser descoberto; como uma coisa que ainda se precisa construir, escolher entre as alternativas e então lutar para proteger as escolhas feitas. Segundo o sociólogo, a fragilidade e a condição eternamente provisórias da identidade não podem mais ser ignoradas.

Em outras palavras, podemos dizer que a identidade docente é tributária de toda uma teia de interdependências ou pertenças, trama essa que exige um alto grau de alteridade, cooperação e diálogo. Nesse processo, destaca-se a importância e o papel do “outro” na formação do “eu”, sem demérito para os processos individuais e subjetivos. Em qualquer situação do desenvolvimento humano e, de modo particular, no cotidiano da Comunidade Educativa, as relações humanas colocam o educador diante do estranho, num confronto com outras perspectivas, sensibilizando-nos para aquilo que ultrapassa sua visão das coisas, da realidade, numa constante aprendizagem e ampliação de horizontes.

3 “Ensinar exige consciência do inacabamento”. Essa consciência é privilégio de homens e mulheres, pois somente eles dão-se conta de que onde há vida, há o inacabado, há a inconclusão (FREIRE, 1996, p. 50).

As relações interpessoais cotidianas desestabilizam suas certezas e questionam seus valores, possibilitando reorganizar e ampliar a leitura que faz de si mesmo (CASAGRANDE; HERMANN, s/d).

Em outras palavras, a identidade pessoal se constrói em permanente tensão com a identidade cultural, pois a cultura fornece ao sujeito os padrões de interpretação do mundo, valores, crenças e maneiras de agir, produzidas por meio de processos socializados das instituições sociais. As mudanças socioculturais atuais trazem transformações profundas nos cenários culturais, produzindo processos de identificação múltiplos e, às vezes, contraditórios (GONÇALVES, 2015).

Conforme exposto, um dos fatores que influenciam na qualidade educacional é a qualidade da formação docente, tanto a inicial quanto a continuada, pois, por meio dos processos formativos e da ação pedagógica cotidiana, os educadores (re)constituem sua identidade profissional. Portanto, “as estruturas identitárias encontram-se constantemente renovadas pelo seu caráter dinâmico e múltiplo, construídas e reconstruídas a todo o momento” (MACHADO, 2003, p. 54). É preciso atentar para o caráter dinâmico da profissão docente como prática social; para os contornos das políticas educacionais; às exigências das demandas sociais e para as condições objetivas e subjetivas do exercício da docência.

2 | PROFISSIONALIZAÇÃO E PROFISSIONALIDADE: ELEMENTOS CONFIGURADORES DA IDENTIDADE DOCENTE

A constituição da identidade docente situa-se numa perspectiva dialética, pois nesse processo estão envolvidas, além da singularidade, condições objetivas e subjetivas do exercício da docência. É preciso considerar que o ser docente, para além de ser uma escolha pessoal, inclui uma profissão que, por sua vez, é uma construção social, ou seja, uma realidade dinâmica estruturada e organizada num coletivo mais amplo. Por estar situado num tempo e espaço, o ato educativo é condicionado por inúmeras variáveis de ordem política, econômica, social, cultural. Além disso, o exercício da docência implica numa formação profissional que inclui conhecimentos específicos e a aquisição de habilidades e saberes vinculados à atividade própria do docente.

Em outras palavras, podemos dizer que a identidade docente é uma construção que se dá num tempo e espaço marcado por conflitos em torno do ser e estar na profissão (NÓVOA, 1997). No que se refere à categoria de tempo, é preciso considerar que o passado, presente e futuro estão integrados no ato educativo, porém, é “no aqui e agora” da escola (Comunidade Educativa), da sala de aula que o docente vai se constituindo permanentemente, num processo de afirmações, contradições e reafirmações.

A identidade profissional docente se desenvolve a partir das representações sociais da profissão e da realidade objetiva em que ela é construída. Essa identidade se constitui também pelos significados que cada educador confere às práticas pedagógicas que

desenvolve em seu cotidiano, pelas relações de aprendizagens que estabelece com seus educandos e colegas de profissão. Além disso, pela participação em organismos de classe (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002).

Como afirma Pimenta (2008, p. 19), “uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão constante dos significados da profissão e da revisão das tradições [...]”. Nessa perspectiva, compreende-se que um grupo social é fruto da relação intersubjetiva em que os sujeitos agem e interagem com base em normas e valores sempre suscetíveis à revisão e transformação (GONÇALVES, 2015).

Pode-se afirmar que a identidade docente é uma construção permanente em que estão em cena um contexto sociopolítico; os significados sociais da profissão e seu estatuto legal; a escolha da profissão; a formação inicial, as experiências de aprendizagem nos diferentes espaços da profissão; os saberes profissionais (teóricos e práticos); a cultura do grupo de pertença profissional e, não menos importante, o significado que cada docente confere ao seu trabalho (VEIGA, 2008).

A identidade docente é fortemente influenciada pela cultura do grupo de pertença profissional e pelo contexto sociopolítico e educacional mais amplo. A identidade profissional pode ser compreendida também como uma construção em que estão em jogo as visões e representações sociais que configuram o ser e fazer da profissão docente. Não deixa de ser um campo de lutas e conflitos em que a identidade docente vai se forjando num constante processo de revisão dos significados sociais da profissão (NÓVOA, 1997; VEIGA, 2008).

Assim, na perspectiva da identidade profissional, é preciso considerar os conceitos de profissionalização e de profissionalidade docente. A explicitação dos autores permite compreender que são conceitos diferentes e que, em determinadas situações de senso comum, são utilizados como sinônimo de ofício ou ocupação. Quanto a sua formulação, a *profissionalização docente* é uma elaboração sociocultural forjada a partir das necessidades educacionais de cada época.

Segundo Nóvoa (1991), os docentes não apenas respondem a esta necessidade, mas ajudam a construí-la. Ou seja, os docentes são empreendedores da própria profissão, contribuindo para a criação de uma matriz de princípios e práticas, de um estatuto próprio.

A profissionalização refere-se ao processo de aquisição das habilidades específicas da profissão, no entanto, essa aquisição não inclui somente a formação acadêmica, mas também outros elementos como aptidões particulares, atitudes, valores e jeitos próprios que vão surgindo no exercício e no ambiente da profissão. Pode-se afirmar que a profissionalização docente se constitui apoiada em saberes plurais dos conteúdos da disciplina, em aspectos didático-pedagógicos, além disso, dos saberes afetivos – que dizem respeito ao relacionamento com os colegas de trabalho, com os estudantes, enfim, com todos os segmentos da escola (ÁVILA; SONNEVILLE, 2008).

A profissionalização docente “é, portanto, um projeto sociológico voltado para a dignidade e para o *status* social da profissão, em que se incluem também as condições de

trabalho, a remuneração e a consideração social de seus membros” (VEIGA ALENCASTRO, 2008, p. 31). Em outros termos, “é um processo histórico e evolutivo que acontece na teia das relações sociais e refere-se ao conjunto de procedimentos que são validados como próprios de um grupo profissional, no interior de uma estrutura de poder” (CUNHA, 1999, 132).

Por fim, e não menos importante, o conceito de *profissionalidade docente*, segundo Cunha (1999), tem sido empregado para traduzir a ideia da profissão em ação, em processo, em movimento. Para Sacristán (1991) a profissionalidade é a afirmação daquilo que é específico na ação docente, ou seja, o conjunto próprio de comportamentos, conhecimentos, atitudes, valores e destrezas.

A profissionalidade docente, compreendida desde essa perspectiva, leva a considerar que o exercício da docência como movimento, como um itinerário permanente e dinâmico, e que o docente experimenta em seu cotidiano novas caras, novos contextos, novos sentimentos, novas interações.

3 | IDENTIDADE DOCENTE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO LASSALISTA

Neste terceiro eixo temático ou enfoque, buscamos apresentar a identidade docente na perspectiva institucional lassalista, considerando aspectos da profissionalização e profissionalidade.

Segundo Cunha (1989), a escola é uma instituição que se configura segundo as condições sócio-históricas que a envolvem, e que, portanto, o professor é ao mesmo tempo quem influencia e quem é influenciado por esse mesmo ambiente. Em síntese, não podemos perder de vista que todas as formas da comunidade de vida humana são formas de comunidades de linguagem que compreendem uma multiplicidade de visões de mundo (GADAMER, 2011)⁴.

Dessa forma, convém compreender a identidade docente na articulação da identidade pessoal e profissional com uma determinada cultura institucional, a qual pode ser compreendida como:

[...] o conjunto de hábitos e crenças estabelecidos por valores, atitudes e expectativas compartilhados por todos os membros da organização, ela se refere ao sistema de significados compartilhados por todos os membros e que distingue uma organização das demais. Constitui o modo institucionalizado de pensar e agir que existe em uma organização. [...] O conceito de cultura organizacional se refere, pois, às práticas regulares e habituais da escola, à sua personalidade coletivamente construída e amalgamada, a partir do modo como as pessoas, em conjunto, pensam sobre a escola como um todo; sobre o papel que a escola representa em sua comunidade e na sociedade em geral; sobre o papel individual e coletivo das atuações de seus participantes.

4 [...] quando conseguimos superar os preconceitos e barreiras da nossa experiência atual do mundo e penetrar em universos de línguas estranhas, isso não significa, de modo algum, que abandonamos ou negamos nosso próprio mundo. Como viajantes, sempre voltamos para casa com novas experiências [...] (GADAMER, 2011, p. 578-579).

Também se refere aos valores que expressam e traduzem em seus discursos comuns, em suas ações cotidianas e em sua comunicação e relacionamento interpessoal regularmente estabelecidos. (LÜCK, 2009, p. 116).

Diante disso, no interior da instituição, sempre estarão em jogo o instituído e o instituinte. Dias (2008, p. 203), destaca que a cultura organizacional possui as seguintes características:

- Cada organização tem sua cultura própria que a distingue de outras organizações. Portanto, ela é única e distinta;
- É uma forma de desenvolvimento dos membros de uma organização e é aprendida através da experiência do grupo;
- Ela está implícita na estrutura formal da organização. É explicitada pelos membros da organização;
- As modificações e mudanças que ocorrem na cultura organizacional são, de modo geral, lentas. Isso é consequência de certa estabilidade que a cultura dá à organização. No entanto, a cultura organizacional varia constantemente, de uma forma gradativa e imperceptível para seus integrantes;
- A cultura organizacional tem uma tendência a se perguntar, pois atrai e aceita pessoas que têm sistemas de valores e crenças semelhantes;
- É intangível no seu todo. Mas se manifesta em todas as partes e elementos da organização, a qual afeta e a constitui;
- Ela se expressa através de sinais que podem ser desde o fluxo de informações, a moda, a linguagem, as emoções, a ordem, a disciplina, até o ambiente físico nos locais de trabalho;
- É aceita pela maior parte dos membros de uma organização;
- Desenvolve a identidade de seus membros;
- É um sistema aberto e, portanto, em permanente e estreita integração com o seu entorno;
- É transmissível aos novos membros.

Assim, conforme salienta Teixeira (1998, p. 175):

[...] os valores associados à cultura de uma organização não se esgotam nos valores inculcados pelos seus fundadores. A acrescentar a estes, outros se desenvolvem como resposta ao ambiente específico [...] em relação com as necessidades de seus membros. De modo geral, pode identificar-se quatro fontes ou origens da cultura de uma organização: a história, o ambiente, a política de pessoal e a socialização.

A identidade institucional lassalista é caracterizada por seu conjunto de valores, crenças, princípios e práticas. Está alicerçada em uma herança pedagógica de mais de 300 anos de história, que carrega em seu bojo uma visão própria de pessoa, de educação

e de sociedade.

A Proposta Educativa Lassalista (Província La Salle Brasil-Chile, 2014) expressa seu ideal de educação e de práxis educativa por meio de um currículo centrado na pessoa, que acolhe a pluralidade e a diversidade; do desenvolvimento integral e integrador do sujeito; do respeito aos níveis e aos ritmos de aprendizagem; do desenvolvimento de competências, habilidades, saberes, atitudes e valores; da integração entre fé, cultura e vida [...] (CASAGRANDE & BIELUCZYK, 2017).

A comunidade educativa lassalista (escola) não é apenas uma forma de organização, mas também um valor institucional que compreende elementos significativos ao fazer educativo dos educadores: diálogo, subsidiariedade, interdependência e colaboração. Não é comum utilizar esse termo para denominar uma escola de educação formal. No contexto lassalista, entretanto, ele adquire um sentido particular na constituição da identidade do educador. Os autores Martínez Posada e Neira Sanchéz (2015, p. 37-38) referem que

La identidad a la que nos referimos y que está a la base de nuestras raíces es de corte moral, la cual está dada em la praxis de un conjunto de valores por parte de un grupo de personas que se adhieren fielmente a ellos, y son los responsables de transmitir, actualizar y mantener a través del tiempo el propósito que los ha convocado.

Desde a origem do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, a associação ou os fortes laços de pertencimento a uma comunidade são um elemento central da identidade do Educador Lassalista. Essa identidade vai se constituindo pelo aprofundamento cada vez maior do vínculo do educador com os princípios e práticas institucionais, ou seja, de uma Comunidade Educativa Lassalista. De acordo com a Proposta Educativa:

Os educadores, os educandos e as famílias, integrados em uma Comunidade Educativa com contexto próprio, entendida como um espaço-tempo privilegiado de aprendizagens significativas, são os principais agentes da Educação Lassalista (PROVÍNCIA LA SALLE BRASIL-CHILE, 2014, p. 23).

Continua o documento explicitando que “a Comunidade Educativa Lassalista é o espaço de convivência, de ensino e de aprendizagem, e de vivência da fé, da fraternidade e do serviço” (PROVÍNCIA LA SALLE BRASIL-CHILE, 2014, p. 29). Ainda, de acordo com o documento:

O Educador Lassalista, ou todo aquele que possui participação ativa no desenvolvimento da práxis pedagógica, vive a missão educativa de forma profissional e proativa, com ética e zelo, como um sinal de fé, de esperança e de caridade. Na sua práxis educativa, seguindo o exemplo de Jesus, alia a ternura e a firmeza, amorosidade, humildade e cooperação, sensibilidade e responsabilidade. (PROVÍNCIA LA SALLE BRASIL-CHILE, 2014, p. 23).

Nessa perspectiva, ser educador na Rede La Salle requer ser competente profissionalmente, mas também ser comunitário e primar pela comunidade escolar enquanto espaço de respeito aos diferentes e diversos saberes, valores, ideias, competências e

habilidades.

Podemos dizer que o Educador Lassalista é um promotor da fraternidade, pois, além de promover a escola, também integra e promove a comunidade educativa. Por isso, sua principal missão é auxiliar os educandos a atingirem aprendizagens significativas e se desenvolverem de maneira integral. No ambiente da Comunidade Educativa, fomentam a comunhão, as relações dialógicas, a cooperação entre os educandos e demais educadores. Mobiliza a si mesmo e aos educandos para a vivência dos valores lassalistas da fé, da fraternidade e do serviço:

A fé nos torna abertos à ação do Espírito e nos move a reconhecer nos acontecimentos e na história a ação de Deus que caminha conosco. Ela se expressa no zelo que perpassa toda a vida da escola e nos compromete a contribuir com o crescimento das pessoas e a transformação da sociedade, na perspectiva do Reino de Deus. A fraternidade, enquanto objetivo, conteúdo e caminho, enfatiza a dimensão comunitária de nossas vidas. Como irmãos e irmãs em Cristo, construímos relações fraternas e solidárias, reconhecendo o valor, a dignidade e os direitos de cada pessoa, superando atitudes de egoísmo e de competição, mediante o diálogo, a escuta e a acolhida. Vivenciamos a dimensão evangélica do serviço através de atitudes de caridade e de acolhida a todas as pessoas, especialmente aos mais pobres, excluídos e marginalizados, mediante a promoção de ações de voluntariado, de assistência social e de solidariedade cristã. (PROVÍNCIA LA SALLE BRASIL-CHILE, 2014, p. 19).

No entender de Martínez Posada e Neira Sánchez (2015, p. 38):

La praxis del conjunto de valores que conforman la identidad moral lasallista son los valores cristianos volcados hacia la población más desfavorecida. Las personas comprometidas con estos valores son las que asumen la educación por vocación y como ministerio. En este sentido, como lasallistas nos dedicamos a hacer de la educación superior un catalizador de prácticas profesionales encaminadas hacia a justa transformación social en favor de los más pobres. [...] hacemos de nuestra actividad educativa una actividad espiritual, esto es, hacemos de nuestro ministerio educativo un itinerario con los pasos dados por el Fundador de las Escuelas Cristianas.

Na sua *práxis* educativa, alia a ternura e a firmeza, amorosidade, humildade e cooperação, sensibilidade e responsabilidade em relação à construção dos saberes. Ele se caracteriza por sua competência na disciplina especializada do saber, mas também por sua cultura geral que favorece a construção de conhecimentos multi-inter-transdisciplinares. Busca atualização constante para acompanhar as mudanças socioculturais e tecnológicas. (PROVÍNCIA LA SALLE BRASIL-CHILE, 2014).

O educador lassalista é um associado que vivencia uma dinâmica cotidiana intensa na comunidade educativa. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que ajuda a formá-la, é formado por ela ou, como afirma o próprio documento, “a comunidade que educa aprende” (RELAL, 2011, p. 10). O Projeto Educativo Regional Lassalista Latino-Americano (PERLA) refere-se ao do educador lassalista afirmando que ele é: a) um promotor da reflexão

permanente e crítica das práticas educativas; b) um mediador do processo de aprendizagem; c) um professor que se sente apoiado por uma comunidade educativa que aprende continuamente, num ambiente de diálogo, respeito à diversidade, de integração entre fé e cultura; d) o professor que assume a fraternidade como um dos elementos característicos e próprios da prática educativa lassalista; e) o professor que acolhe a pluralidade étnica, cultural e religiosa por meio do diálogo inter-religioso e ecumênico (RELAL, 2011, p. 12).

Tendo por base os elementos referenciados neste capítulo, pode-se dizer que a construção da identidade do educador lassalista é um processo dinâmico, mediado por um forte senso de pertencimento situado em três planos: o primeiro, biológico-laboral, que corresponde à satisfação das necessidades básicas do ser humano – aqui se situa o trabalhador da educação. O segundo, psicossocial, corresponde à necessidade de reconhecimento num grupo social mais imediato (escola, rede de ensino) e na sociedade em geral – aqui se situa o profissional do ensino, o professor com seu saber e competência. O terceiro, projetivo ou de projeto de vida, corresponde ao sentido e às motivações mais profundas da própria identidade do educador – aqui se situam as questões mais existenciais que dão sentido ao exercício de uma missão enquanto educador, levando em consideração o papel e a função social da escola; em outras palavras, aqui se situa a convicção de que a dedicação ao ensino é mais uma vocação do que uma profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incursão discursivo-analítica nos conceitos de identidade⁵ docente, profissionalização e profissionalidade docente e a identidade do Educador Lassalista nos ofereceu elementos para melhor compreender o caráter dinâmico da identidade docente e o entrecruzamento entre as dimensões pessoal, profissional e institucional.

O educador, ao associar-se a um projeto educativo passa compartilhar de seus valores, princípios, crenças e práticas, portanto, tem participação ativa na constituição de sua própria identidade, da profissionalização e profissionalidade docente. Colabora, desta forma, diretamente com o processo de valorização e reconhecimento de sua profissão.

Ao afirmar que os centros educativos se configuram em *Comunidades Educativas*, a Rede La Salle explicita um elemento central de sua identidade. A identidade do educador lassalista se expressa claramente no seu pertencimento a uma Comunidade Educativa, particularmente, pela associação com outros Lassalistas e pela forma de assumirem, juntos e comunitariamente, o compromisso de um projeto educativo inclusivo e transformador.

5 O conceito de identidade faz parte de diferentes teorias das ciências humanas, principalmente daquelas que se situam no âmbito da psicologia, da sociologia e da antropologia. As diferentes teorias dão ênfase específica a determinados aspectos desse fenômeno humano, conforme o olhar que cada uma dessas ciências dirige ao seu objeto (GONÇALVES, 2015, p. 47). No presente texto utilizaremos o conceito mais na perspectiva sociológica.

REFERÊNCIAS

ÁVILA C.; SONNEVILLE J. Trilhas percorridas na formação dos professores. In: **Profissão docente: Novos sentidos, Novas perspectivas**. VEIGA, I.; AVILA, C. Campinas: Papyrus, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Identidade**. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.

CUNHA, Maria Isabel. **O bom professor e sua prática**. Campinas: Papyrus, 1989.

_____. **O professor universitário na transição de paradigmas**. Araraquara: JM, 1998.

_____. Profissionalização docente: contradições e perspectivas. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; CUNHA, Maria Isabel (Orgs.). **Desmistificando a profissionalização do magistério**. Campinas: Papyrus, 1999.

CASAGRANDE, C. A.; BIELUCZYK, J. A. (2017). **A Proposta Educativa da Província La Salle Brasil-Chile e suas decorrências à ação pedagógica contemporânea** (pp. 193-218). In: C. A. Casagrande; M. C. Salami; P. Fossatti (orgs.). *Estudos lassalistas: fundamentos da educação lassalista*, v.1. Canoas, RS: Ed. Unilasalle.

CASAGRANDE, Cledes Antonio; HERMANN, Nadja. **Identidade do eu em contextos plurais: desafios da formação**, s/d.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia das organizações**. São Paulo: Atlas, 2008. 273p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. **Construção da identidade moral e práticas educativas**. Campinas: Papyrus, 2015.

HOLLY, Mary Louise. Investigando a vida profissional dos professores: diários biográficos. In: NÓVOA, António. (Org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto: Porto, 2000.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MACHADO, Hilka Vier. **A identidade e o contexto organizacional: perspectivas de análise**. Revista de administração contemporânea, v. 7, n. spe, p. 51-53, 2003.

MARTÍNEZ POSADA, Jorge E.; NEIRA SÁNCHEZ, Fábio O. La educación superior y el lassalismo. In: SANCHÉZ NEIRA, Orlando; RIVERA VENEGAS, Juan Carlos. (ed.). **La educación superior em perspectiva lassalista**. Bogotá: Universidad de La Salle, 2015, p. 33-46.

NÓVOA, Antonio. Diz-me como ensinas, dir-te-ei quem és e vice-versa. In: FAZENDA. I. (Org.) **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997.

_____. **Formação contínua de professores**: realidade e perspectivas. Portugal: Universidade de Aveiro, 1991.

_____. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, António. (Org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto: Porto, 2000.

ORTEGA Y GASSET, José. **Meditações do Quixote**. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1967.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PIMENTA, Selma. Garrido; ANASTASIOU, L. Formação de professores e os programas especiais de complementação pedagógica. In: CUNHA, M.I da (Org.). **Desmistificando a profissionalização do magistério**. Campinas: Papirus, 1999.

PROVÍNCIA LA SALLE BRASIL-CHILE. **Proposta Educativa Lassalista (PEL)**. São Paulo, 2014.

REGIÃO LATINO-AMERICANA LASSALISTA (2011). **PERLA. Projeto Educativo Regional Lassalista Latino-Americano**. Bogotá, Colômbia.

SACRISTÁN, José Gimeno. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, Antonio. (Org.). **Profissão professor**. Portugal: Porto, 1991.

TEIXEIRA, Sebastião. **Gestão das Organizações**. Lisboa: Editora McGraw-Hill, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Docência como atividade profissional. In: **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. Campinas: Papirus, 2008.

WINKLER, Gertrud Nunner. **Formação da identidade em tempos de mudanças velozes e multiplicidade normativa**. Educação, Porto Alegre, v. 34, n.1, p. 56-64, jan./abr.2011

SOBRE A ORGANIZADORA

ALESSANDRA KNOLL- É advogada, graduada em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), especialista em Gestão de Projetos e Responsabilidade Social pela Faculdade Municipal da Palhoça. Doutora, mestra e graduada em Administração de empresas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especialista em Gestão de Pessoas nas Organizações pela mesma instituição (UFSC), onde também foi monitora das disciplinas de Recursos Humanos I e II, tutora de Ensino (EaD), coordenadora de tutoria (no Núcleo Multiprojetos de Tecnologia Educacional - NUTE) e professora de Administração Pública (modalidade EaD). Lecionou as disciplinas de Teoria Geral das Organizações, Recursos Humanos e Projeto de Monografia na Universidade Barriga Verde (UNIBAVE) onde também foi coordenadora de pesquisa e extensão dos cursos de Administração e Contabilidade e orientadora de bolsas de Iniciação científica. Atuou como tutora na UFSC e no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Ganhou o prêmio ser humano como melhor artigo científico e apresentou artigos vinculados a áreas diversas, em vários Estados Brasileiros e na Europa. Atualmente é professora no SENAI e coordenadora do polo São José de ensino a distância da Unifil.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso à Justiça 1, 11, 12, 13, 26

Adolescência 5, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 106, 110

América latina 9, 94, 98, 129

Assessoria jurídica popular 7, 177, 178, 179, 181, 182, 184, 186, 187, 188

B

Benefício 24, 28, 35, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 182

Bolsa família 5, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 51

C

Cidadania 38, 40, 43, 51, 52, 54, 57, 58, 62, 64, 78, 94, 97, 98, 140, 158, 163, 171, 174, 180

Coletividade 4, 7, 16, 17, 21, 24, 26, 142, 144, 151, 154, 172, 174, 177, 178, 181, 186

Constituição 2, 4, 4, 14, 15, 16, 20, 22, 24, 27, 29, 30, 35, 37, 42, 49, 50, 52, 57, 58, 62, 64, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 88, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 102, 127, 129, 130, 133, 141, 143, 144, 145, 146, 155, 156, 160, 163, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 197, 199

Consumo de drogas 6, 100, 102

Corrupção 6, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 166, 171, 172, 173, 174, 175

Cultura contributiva 5, 66, 68, 69, 70, 72

D

Direito 2, 4, 5, 6, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 10, 12, 14, 15, 21, 22, 23, 24, 29, 31, 32, 37, 39, 48, 49, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 61, 64, 67, 74, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 107, 108, 109, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 202

Direito à saúde 4, 6, 48, 100, 101, 102, 107, 108, 109

Direito potestativo 6, 128, 130, 131, 132, 135, 137

Direitos fundamentais 52, 53, 58, 79, 96, 140, 141, 144, 145, 153, 156, 172, 179, 182, 188

Direitos humanos 4, 7, 13, 47, 52, 53, 54, 55, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 86, 88, 95, 99, 110, 140, 141, 145, 152, 156, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

Direito tributário 14, 15, 21, 23, 24, 29, 31, 67

Discente 7, 155, 177, 178, 180, 182, 185, 186

Divórcio impositivo 6, 128, 132, 135, 136, 137, 138, 139

Docente 4, 7, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201

E

Empoderamento 5, 38, 40, 44, 45, 48, 49, 50, 144

Ensino 4, 6, 20, 45, 66, 67, 76, 78, 81, 107, 126, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 187, 197, 199, 202

Estado democrático 5, 2, 8, 49, 74, 76, 79, 80, 82, 138, 141, 142, 143, 144, 150, 151, 152, 154, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 168, 173, 174, 175, 176

F

Fator cultural para o delito 75

I

Identidade docente 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 199

Inconstitucionalidade 14, 19, 23, 25, 27, 30, 33, 34

Infância 5, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 106

Inovações nanotecnológicas 6, 113, 126

Isenção tributária 33, 34

J

Jurista 5, 1, 5

Justiça 1, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 18, 19, 25, 26, 28, 29, 30, 34, 40, 60, 76, 79, 81, 84, 86, 96, 128, 130, 135, 136, 137, 144, 147, 165, 167, 174, 178, 179, 180

L

Lava Jato 172, 174, 176

Leis de iniciativa parlamentar 5, 32

Liberdade 6, 14, 16, 43, 57, 59, 76, 86, 92, 135, 140, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 169, 185

Liberdade de expressão 6, 57, 59, 140, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156

M

México 5, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 99, 126

Mobilidade transfronteiriça 88

Modernidade periférica 6, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176

Movimentos sociais 57, 60, 63, 159, 171, 173, 174, 177, 179, 181

P

Países periféricos 160, 161, 163, 165, 167, 174

Participação popular 166, 181, 183

Persecução penal 5, 74, 76, 77, 81, 82, 83, 84, 85, 86

Políticas públicas 4, 5, 32, 34, 36, 40, 43, 52, 54, 60, 62, 76, 79, 80, 82, 85, 94, 98, 103, 107, 109, 110, 155, 164, 174, 175

Povos indígenas 77, 78, 80, 82, 83, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 110

Programa social 38

S

Sociedade pluriétnica 74

Sustentabilidade 121, 123, 124, 125, 127





T

Taxa de lixo 5, 14, 19, 22, 25

Territorialidade Kaiowá/ Paĩ Tavyterã 88

FUNÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO DIREITO

e teorias da constituição





 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022

II

FUNÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO DIREITO

e teorias da constituição

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022

II